

# Sumário

<b>1 Introdução</b> .....	1
1.1 Tema e objetivo geral.....	2
1.2 Problemas, hipóteses e marcos teóricos .....	5
1.2.1 Ontologia jurídica: o ser do direito.....	5
1.2.2 Deontologia jurídica: obrigação natural e positiva .....	8
1.2.3 Fenomenologia jurídica: uma abordagem interpretativa adequada ao direito atual .....	10
1.3 Metodologia empregada .....	13
1.4 Divisão do trabalho (argumentos principais).....	14
1.5 Considerações finais preliminares .....	14
<b>2 O Direito Natural Clássico e a Filosofia Política</b> .....	17
2.1 Traços da filosofia antiga greco-romana .....	18
2.1.1 Platão: o Bem como princípio supremo da filosofia política .....	27
2.1.2 Aristóteles: a sistematização da filosofia clássica.....	36
2.2 A Justiça em Aristóteles.....	45
2.3 O Declínio da Filosofia Platônico-Aristotélica.....	60
<b>3 A Consolidação do Direito Natural</b> .....	75
3.1 A Era Medieval e a edificação do Direito Comum .....	79
3.2 Tomás de Aquino: a estabilização do direito natural clássico.....	88
3.2.1 A “nova” teoria do direito natural .....	91
<b>4 A Tradição Abalada pelo Advento da Era Moderna</b> .....	101
4.1 O nominalismo .....	101
4.2 A busca por liberdade, segurança e propriedade individuais .....	103

<b>5 Ascensão e Ruptura do Positivismo Jurídico</b> .....	129
5.1 A influência do empirismo inglês no advento do positivismo jurídico.....	130
5.2 A origem anti-jusnaturalista do positivismo jurídico .....	134
5.3 Bentham e o utilitarismo.....	140
5.4 A Teoria Analítica do Direito ( <i>Analytical Jurisprudence</i> ) .....	142
5.5 O positivismo lógico e a filosofia pragmática da linguagem.....	145
5.6 O Conceito de Direito em Hans Kelsen .....	152
5.7 A relativização das certezas científicas.....	155
<b>6 O Direito como União de Regras Primárias e Secundárias</b> .....	157
6.1 O Positivismo Jurídico Atual: Críticas a Bentham, Austin e Kelsen.....	157
6.2 O debate Hart-Fuller.....	159
6.3 A resposta de Lon Fuller ao ceticismo moral .....	167
6.4 O direito como sistema de regras primárias e secundárias.....	174
6.5 O óbice de Dworkin .....	180
6.6 O positivismo jurídico excludente .....	183
6.7 O positivismo jurídico inclusivo .....	194
<b>7 A Exaustão do Positivismo após a Reviravolta Linguístico-Pragmática da Filosofia Contemporânea</b> .....	205
7.1. A deturpação do direito natural pelas teorias positivistas.....	205
7.2. Refutações na Sociologia Alemã.....	214
7.3 Wittgenstein e a guinada pragmática da filosofia da linguagem .....	218
<b>8 A Renovação do Direito Natural</b> .....	223
8.1 A Filosofia jurídico-política de Leo Strauss .....	223
8.2 Michel Villey: os fins, os meios e as fontes do direito .....	236
8.2.1 Os fins do direito.....	236
8.3 Lon Fuller e a fidelidade ao direito .....	241
8.4 John Finnis: ponto focal e direitos naturais.....	244

8.5. Em defesa de uma teoria contemporânea do direito natural .....	257
8.5.1 O exemplo de Neil MacCormick .....	262
<b>9 O Direito Natural Fenomenológico .....</b>	<b>267</b>
9.1 Teorias da verdade .....	269
9.1.1 Verdade como correspondência .....	269
9.1.2 Verdade como consenso .....	271
9.1.3 Verdade como certeza.....	272
9.1.4 Verdade linguística.....	273
9.1.5 A proposta da Fenomenologia.....	275
9.2 Heidegger e o retorno a Aristóteles.....	277
9.3 Gadamer e o círculo hermenêutico.....	288
9.4 Lévinas, Derrida e Ricoeur: a alteridade existencial .....	293
9.4.1 Lévinas e a responsabilidade incondicional pelo Outro.....	294
9.4.2 Derrida e os indecíveis.....	296
9.4.3 Ricoeur e a via média da narrativa de si: moral da obrigação e ética segunda.....	301
9.5 A fenomenologia do direito natural.....	307
<b>10 Estado Democrático de Direito, Razoabilidade Prática e Interpretação dos Tipos Tributários .....</b>	<b>313</b>
10.1 Direito como uma ideia moral de natureza interpretativa .....	313
10.2 Os princípios jurídicos como ponto de partida da hermenêutica jurídica .....	316
10.3 Princípios essenciais do direito: <i>rule of law</i> , legalidade e democracia.....	319
10.4 Prevalência do tipo (traço) sobre o conceito jurídico determinado: exemplos extraídos do direito tributário .....	330
10.5 Moralidade no financiamento do Estado de direito.....	338
10.5.1 O kantismo de Klaus Tipke.....	339
10.5.2 Vogel e o retorno de valores econômicos.....	341
10.5.3 O mito da renda pré-tributária: Murphy e Nagel.....	346

10.6 Ilegitimidade dos benefícios fiscais injustificados ( <i>lex iniusta non est lex</i> ) .....	352
<b>11 Conclusão</b> .....	<b>355</b>
<b>Referências</b> .....	<b>363</b>
<b>Anexo A – Evolução das desonerações tributárias segundo a Secretaria da Receita Federal do Brasil</b> .....	<b>385</b>
<b>Anexo B – Tipos de desonerações tributárias segundo a Secretaria da Receita Federal do Brasil</b> .....	<b>387</b>